

O mundo da partilha: a democratização das instituições de poder

Rita de Cássia Ferreira Lins e Silva*

O presente estudo se propõe a discutir a relação entre a identidade política coletiva (populista) e a crise de representatividade das instituições de poder que consiste no *paradoxo do poder constituinte*, em sua estrutura conceitual, inspirada nas leituras de Jacques Rancière (1940) e Chantal Mouffe (1943). O objetivo principal é apresentar uma leitura do caráter populista (esquerda/direita) da vontade popular (soberana) e sua relação paradoxal com o poder constituído (soberano). Rancière, na letra de *La Méésentente. Politique et philosophie* (1995), discute a racionalidade política como dissenso, momento de transformação e ruptura com a ordem. Momento que só pode ser mais bem compreendido através do paradoxo democrático. Para Rancière, o dissenso é constitutivo da democracia e a democracia, a pressuposição da igualdade no mundo da diferença. A segunda leitura se refere aos apontamentos teóricos de Chantal Mouffe (1943), da Democracia radical plural cuja concepção implica na noção de ‘pluralismo agonístico’, como pode ser lido na obra *The Democratic Paradox* (2000). Mouffe defende a democratização das instituições a partir do conflito no espaço da política, indicando que na democracia liberal toda pessoa é igual. Já na igualdade democrática, há a plausibilidade de diferenciação. Ambos os autores apontam para o processo de transformação da sociedade a partir da ruptura com a ordem. A

* PhD em Filosofia (na linha de Ética e Política) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pesquisadora visitante na Université du Québec à Montréal (UQÀM). Membro da Associação de Filosofia do Québec (SPQ), membro pesquisador do Núcleo de Constitucionalismo e Democracia do Centro de Estudos da Constituição (CCONS) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

questão é problemática na medida em que há a configuração de rupturas do sistema político e jurídico internos, especialmente quando este revela sua perversão e simulacro dos ideais populares. Isso significa: compreender a crise representativa como uma possibilidade, sempre real, de se tornar uma fronteira à democracia, e também uma possibilidade de constituição de novas identidades políticas. Por um lado, há a incerteza da legitimidade (ambígua) do poder e, por outro, inclui a obrigação contínua de questionar e alterar qualquer regime na defesa da liberdade e da igualdade, que traduz a condição política de um povo no processo de fortalecimento das instituições democráticas.

Palavras-chave: Dissenso. Democracia. Instituição de poder.